

■ SALÁRIOS DOS SERVIDORES

Proposta aprovada em comissão da Assembleia Legislativa contempla pessoal da área do meio ambiente e amplia retroatividade de correção de 10,06% a todos os quadros do estado

Deputados modificam projeto e ampliam alcance de reajuste

IGOR PASSARINI E NATASHA WERNECK

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) modificou, na noite de ontem, o projeto apresentado pelo governador Romeu Zema (Novo) para concessão de reajuste de 10,06% aos salários dos servidores estaduais, ampliando a retroatividade da correção a 1º de janeiro passado a todos as categorias, e não só àqueles trabalhadores da educação, saúde e segurança pública. Outra alteração foi determinada para incluir no novo texto as carreiras do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

O próximo passo será a análise da proposta pelas comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para então ser votada no plenário da Casa. O tempo está curto para os parlamentares e o próprio governador, sob pressão da greve dos policiais, que completou um mês. A Assembleia Legislativa e o governo precisam definir a situação do reajuste até 2 de abril, uma vez que a Lei Geral das Eleições impõe prazo de 180 dias até a abertura das urnas para a correção de salários dos servidores.

Os parlamentares rejeitaram cinco emendas com a justificativa de que elas tratam de assuntos que devem ser tratados em outras comissões, justificou o presidente da CCJ, deputado Sávio Souza Cruz (MDB). A inclusão dos trabalhadores da área do meio ambiente e desenvolvimento sustentável, agora contemplados no projeto de lei, teria sido pedida por Zema, tendo em vista um equívoco cometido na proposta original.

O PL 3.568/22 também optou pela modificação nos critérios de concessão do abono fardamento aos militares da ativa, tendo ampliado o número de parcelas anuais de uma para quatro. O reajuste deverá ser estendido aos servidores inativos e aos pensionistas com direito à paridade, aos detentores de função pública, trabalhadores com contratos temporários em vigência e aos convocados para as funções de magistrado.

O reajuste que consta no texto original e aprovado na CCJ foi definido com base na inflação de 2021, apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O governador informou que a revisão geral dos vencimentos terá impacto financeiro mensal de R\$ 344,8 milhões. No ano, o desembolso será de R\$ 4,5 bilhões. Quanto à revisão do abono fardamento, apresentou cálculo de anual de R\$ 494,4 milhões.

Os servidores da segurança pública voltaram a protestar ontem pelo cumprimento de acordo assinado em 2019 prevendo recomposição de 41% dos salários, dos quais somente 13% foram cumpridos. Os policiais interromperam por várias horas, na manhã de ontem, o trânsito na MG-010. A manifestação provocou longo congestionamento na rodovia que liga Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins, na Região Metropolitana da capital, e organizaram protesto na Cidade Administrativa, sede do governo estadual.

A Justiça proibiu que a categoria feche ruas e avenidas de qualquer maneira do estado. Também foi proibida a queima de objetos, porte e utilização de armas, foguetes ou bombas. O descumprimento gera multa de R\$ 100 mil por hora. No momento em que começaram a liberar o trânsito, os manifestantes voltaram a soltar bombas e entoaram gritos de "Fora Zema" e "a Polícia parar". Um dos líderes do movimento, o deputado estadual Sargento Rodrigues (PTB) disse que os policiais voltarão à Cidade Administrativa, mas estarão abertos a reconhecer a paralisação se houver necessidade.

BLOQUEIO Durante a paralisação das forças de segurança, o estudante de psicologia Júlio Vиейtas, 42 anos, viveu situação constrangedora ao tentar passar pelo bloqueio feito pelos policiais. Ele tentou conversar com os manifestantes para seguir Lagoa Santa, onde a mulher dele esperava por um medicamento, mas não foi atendido.

Hílio disse ter sido agredido e obrigado a abandonar sua motocicleta no canto da via para esperar o fim do protesto. "Eu aleguei (aos manifestantes) que queria vê-la e era uma questão de urgência, pois ela está tomando medicamento de depressão. Não fazia muito sentido eu parar aqui", contou o estudante.

O protesto das forças de segurança contra o governo de Minas só foi encerrado à tarde. Aos poucos, os policiais começaram a liberar o trânsito nos dois sentidos na MG-010. A possibilidade de um acampamento na Cidade Administrativa está sendo discutida, segundo a Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cívicos (Cobrapol). Eles preveem também atos nas sedes de batalhões, delegacias e unidades prisionais entre os dias 22 e 31 deste mês.

Na sessão de ontem na Assembleia Legislativa, na fase de discussão na CCJ, três parlamentares criticaram o projeto. Coronel Sandro (PSL) e Sargento Rodrigues (PTB) pediram o cumprimento do acordo de recomposição salarial assinado em 2019. Previsão feita em projeto do Executivo determinava o pagamento em parcelas do reajuste (de 13%, 12% e 12%, respectivamente).



Após fechamento da rodovia MG-010 nos dois sentidos, provocando longo congestionamento, policiais em greve fizeram novo protesto na Cidade Administrativa



O motociclista Júlio Vиейtas tentou conversar com os grevistas e vencer o bloqueio feito contra a decisão da Justiça, mas não os convenceu e disse ter sido agredido

Com metrô parado, empresas de ônibus prometem reforço

ROGER DIAS E BEL FERRAZ

Para minimizar o efeito da greve dos metrôviários em Belo Horizonte, as empresas de transporte de passageiros reforçarão, ontem, o número de ônibus em circulação na cidade, a pedido da BHTrans, a gestora do setor na capital, mas a medida foi insuficiente para tornar menos penosa a volta para casa. O trânsito na capital ficou mais complicado do que se esperava no fim da tarde. Os pontos de ônibus lotados na área central atrasaram o retorno dos usuários e o término da jornada dos trabalhadores.

Quem habitualmente utiliza o metrô teve de recorrer a outros meios. Alguns apelaram para as caronas, outros fizeram baldeação nos coletivos, e ainda houve aqueles que recorreram ao transporte por aplicativo. "A volta para casa fica um pouco complicada. A greve impacta bastante para quem não tem muita opção de ônibus. Tive que vir trabalhar de Uber, mas o preço ficou cinco vezes mais caro do que o cobrado no metrô, já que era fim de tarde. Além disso, gastei 3 horas para chegar em casa", contou o analista comercial Gustavo Carvalho, de 29 anos, que mora no Bairro Novo Riacho, em Contagem, na Região Metropolitana da capital.

O Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Belo Horizonte (Setra-BH) informou ontem que atenderia o alegado da BHTrans para que mais veículos fossem colocados à disposição da população. As estações de metrô de BH amanheceram com os portões fechados. Em contato com o Estado de Minas, o Setra-BH afirmou que acrescentaria viagens extras, ontem, nos horários de pico pela manhã e no fim da tarde.

O Setra-BH informou que aumento de viagens pontuais aconteceram hoje (ontem) e que, está acompanhando o comportamento da demanda para fazer ajustes quando necessário e dentro da possibilidade de cada uma das empresas", informou a entidade por meio de nota.

No entanto, o sindicato das empresas sustentou que há dificuldade em ampliar a oferta de ônibus, devido à crise financeira que afeta o setor de transporte público da capital. Recentemente, empresários do setor se reuniram com o prefeito Alexandre Kalil (PSD) para estudar uma solução imediata para o problema. "O Setra-BH destaca que o sistema passa por



Com a paralisação dos metrôviários, o transporte coletivo gerou longas filas e tumulto na volta para casa

um momento de extrema gravidade onde as empresas estão encontrando grande dificuldade de realizar viagens extras para cobrir o atendimento do metrô - em razão do colapso financeiro que o sistema de transporte coletivo por ônibus vem enfrentando - após aumento de 25% no óleo diesel e pelo congelamento das tarifas desde 2018. A total insuficiência de recursos arrecadados no sistema hoje não consegue cobrir despesas básicas como mão-de-obra e combustíveis".

SEM ESCALA MÍNIMA Os metrôviários contrariaram a ordem judicial que determina a escala mínima do sistema nos horários de pico, de 5h30 às 10h e das 16h30 às 20h. O descumprimento da decisão leva a multa diária de R\$ 30 mil. Os trabalhadores tentam negociar a ampliação das condições do item 3 da Resolução CP-PI 206, com normas para a privatização do sistema de transporte. A norma permite que a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que opera o metrô de BH, faça transferência dos funcionários para as empresas privadas que futuramente serão responsáveis pela administração do serviço. Nesse sentido, os metrôviários teriam apenas um ano de estabilidade e depois poderiam ser demitidos.

Outra proposta da categoria é permitir que os trabalhadores possam ser transferidos para unidades operadas pela CBTU, que também atua em João Pessoa, Natal, Maciço e Recife. A greve dos metrôviários teve início na madrugada e foi decretada por tempo indeterminado. O metrô funcionou apenas das 10h às 17h, em escala reduzida.

“Tive que vir trabalhar de Uber, mas o preço ficou cinco vezes mais caro do que o cobrado no metrô”

■ Gustavo Carvalho, analista comercial

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais **Página:** 15